

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) Secretaria Executiva

CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE E DE ÁREAS PROTEGIDAS Ata da 6^a reunião, realizada em 26 de junho de 2017

Em 26 de junho de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à 1 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado 2 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. 3 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente João 4 Paulo Mello Rodrigues Sarmento e o presidente suplente Henri Dubois Collet, 5 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Daniel Rennó 6 Tenenwurcel, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, 7 Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Leonora Batista Campos, da 8 Secretaria de Estado de Educação (SEE); Mila Magalhães Ribeiro, da Secretaria 9 de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Mariângela Garcia Leite Praça, 10 da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig): Nino Antônio 11 Camini, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais 12 Renováveis (Ibama); Juliana Gonçalves Ferreira, do Instituto Chico Mendes de 13 Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Representantes do setor produtivo: 14 Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas 15 Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e 16 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Lauro Ângelo Dias Amorim, do 17 Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra). 18 Representantes da sociedade civil: Gustavo Bernardino Malacco da Silva, da 19 Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Marcelo 20 Ribeiro Pereira, da Universidade Federal de Viçosa - Campus de Rio 21 Paranaíba; Geraldo José dos Santos, do Conselho Regional de Engenharia e 22 Agronomia (Crea/MG). Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO 23 NACIONAL BRASILEIRO. Executado o Hino Nacional Brasileiro. 24 ABERTURA. O presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmento declarou 25 aberta a 6ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas 26 3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS 27 GERAIS. Apresentação da Funbio. Presidente João Paulo Mello Rodrigues 28 Sarmento: "Nós estamos em negociação, está praticamente certo, e eu vou 29 trazer uma palestra, na próxima reunião, sobre o Funbio, que é o órgão que faz 30 a compensação, de uma forma diferenciada da nossa, no Estado do Rio de 31 Janeiro. Dentro do que nós estamos discutindo da aplicação direta de recursos, 32 eu achei por bem os conselheiros conhecerem algumas ações de sucesso que 33 estão sendo feitas. Eu estive conversando lá no Rio, e então nós devemos 34 trazê-los aqui. Eu peço aos empreendedores para que venham, porque é bem 35 interessante. Nós estamos avaliando o decreto, estamos em fase final de 36

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

discussão, para mudar o modelo, para que Minas também possa fazer aplicação direta dos recursos de compensação. Seria uma forma de realmente conseguirmos efetivar todos esses processos." Homenagem póstuma ao exconselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento. Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmento: "Recentemente, nós tivemos uma significativa perda, de um companheiro nosso, de um amigo, uma pessoa extremamente leal, que já fez parte desta Câmara, que foi o Eduardo Nascimento, que nos deixou. O Eduardo sempre foi uma pessoa muito positiva, muito efetiva. Ele sempre colocava de uma forma muito clara as suas posições e contribuiu muito não só com a CPB, mas ele foi do Conselho do IEF, esteve em todo o COPAM. E nós o acompanhamos durante um bom tempo. Ele teve suas posições, ele sempre se manifestava, tinha sua independência e sua clareza nas posições quando assim vinha defendê-las. Ele tinha a convicção da questão social. Estivemos até conversando com familiares, e ele largou a engenharia para realmente mexer no que ele acreditava. É uma perda muito grande, ele era um conselheiro extremamente efetivo, participava realmente dos grupos e sempre contribuindo. Ele sempre teve a proposta de contribuir. Então foi realmente uma pessoa que acompanhou, por bastante tempo, todos os conselhos e toda a área de meio ambiente, defendendo, sempre, os agricultores. Ele sempre colocava bem claro, não tinha meias palavras, mas o espírito fundamental que ele sempre teve foi o espírito de contribuir e realmente defender suas posições claramente. Era um grande amigo, nós sempre estávamos conversando. Mais uma qualidade que ele tinha é que 'era atleticano'. Não é, Carlos Alberto? Ele tinha essa qualidade, mais essa qualidade. Mas era uma pessoa que sempre estava disposta a discutir. Então cabe aqui uma homenagem desta Câmara. Ele já foi, já pertenceu, já esteve aqui com a gente. Eu vou solicitar que a gente faça um minuto de silêncio em homenagem a ele." Após a manifestação da Presidência, a Câmara prestou homenagem, com a observância de um minuto de silêncio, em virtude do falecimento de Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, que representava a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) no COPAM. Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmento: "Além de estarmos aqui reunidos, nós fomos algumas vezes a campo com ele. Era uma pessoa bem amiga. Eu, realmente, vou sentir a falta dele. Eu chegava sempre, e ele já estava sentado ali, como dizem, na extrema esquerda. Então a gente sentava, conversávamos sobre o Galo e algumas coisas. Aí entrávamos no assunto. É uma singela, mas merecida homenagem a uma pessoa que, eu tenho certeza, quem conheceu sabe o valor que ele teve e o tanto que ele contribuiu." Grupo de trabalho de regularização fundiária. Henri Dubois Collet, diretor de Unidades de Conservação/IEF: "Eu gostaria de propor aos conselheiros a retomada daquele nosso grupo de regularização fundiária. Nós tivemos que paralisar o trabalho, no final do ano passado, com a mudança do Conselho. Então, com o novo Conselho, eu acredito que agora nós já estamos mais ambientados e acho que seria a oportunidade de retomarmos

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

aquele grupo. Eu gostaria de ver quais conselheiros gostariam de participar do grupo ou a proposta que possamos ter para fazer essa retomada, esse apoio de que precisamos para dar esse encaminhamento da regularização fundiária das unidades de conservação do IEF." Foram registradas manifestações de interesse em participação no GT dos conselheiros representantes da Fiemg, Faemg, Sindiextra, ICMBio, Seplag e Angá. Revisão da DN 74. Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmento: "Como todos sabem a DN 74 está sendo discutida e está sendo revista em todos os seus aspectos. Dentro disso, já está com uma pré-minuta, e os secretário Germano e Jairo vão fazer essa apresentação a todas as Câmaras. Vão encaminhar e fazer a apresentação, para ter essa manifestação. A partir de agora, já está no ponto de ser colocada para conhecimento de todos, e foram feitos os calendários de revisão da DN, com reuniões extraordinárias das Câmaras Técnicas. Para a CPB e a CAP, ficou programada para o dia 12 de julho, às 14h. Então faremos uma reunião, em que a SEMAD apresentará a DN, para os senhores terem um primeiro conhecimento e depois levarem para fazer avaliação. Vai ser uma reunião conjunta CPB e CAP para apresentação da DN 74, que será feita pela SEMAD." 4) EXAME DA ATA DA 5ª REUNIÃO DA CPB. Aprovada por unanimidade a ata da 5ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas, realizada em 22 de maio de 2017. 5) PLANO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA ESPÉCIE DO FAVEIRO-DE-WILSON. Apresentação: Universidade Federal de Viçosa (UFV). Fernando Moreira Fernandes, da Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte, apresentou à Câmara o Plano Nacional de Conservação da Espécie do Faveiro-de-wilson, bem como as ações desenvolvidas, em parceria com o Centro Nacional de Conservação da Flora, IEF, ICMBio, UFV e outras entidades. "Nós gostaríamos de solicitar à CPB e ao COPAM hoje para fazer uma divulgação ampla do plano, principalmente junto às unidades do Sisema presentes nas áreas reconhecidas da espécie, a elaboração de proposições para reformular políticas públicas voltadas para a espécie, e estabelecer normas suplementares e complementares para regular a supressão de árvores e intervenção no seu habitat e compensação florestal por supressão, conservação da espécie em projetos de reflorestamento e reintrodução." O representante da fundação sugeriu a criação de um grupo de trabalho na CPB para auxiliar na discussão dos trabalhos a serem realizados. O conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira reforçou a sugestão de criação do GT. "Eu queria só reforçar a proposta do Fernando de criação do GT. Que fosse feita pelo menos uma conversa direta com o IEF para chegar a alguma conclusão sobre a possibilidade de regulamentação do decreto. Seria uma resposta da Câmara a um dos objetivos principais do plano." O presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmento propôs que as discussões sejam iniciadas internamente no IEF, com a participação da área de restauração e colocou o órgão à disposição. "Seria conversar sobre o melhor caminho. Nós poderíamos criar nos nossos viveiros onde há incidência da espécie e começar a produzir essas mudas. Tendo a disponibilidade de

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

sementes, os viveiros do IEF ficariam disponíveis. E começaríamos a distribuir a alguns viveiros, para estimular a propagação e evitar a extinção da espécie." Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: "Na hora em que Minas regularizar o Programa de Regularização Ambiental, será uma boa oportunidade para utilizar o CAR (Cadastro Ambiental Rural) para recuperação de áreas em áreas prioritárias onde já existem pastagens com árvores isoladas, como é o caso, no sentido de recuperar essas áreas." Márcio, do IEF, informou que um dos objetivos é solicitar à Câmara que a preservação da espécie seja discutida, inclusive, no âmbito dos licenciamentos ambientais. Conselheiro Geraldo José dos Santos: "Eu gostaria de fazer uma solicitação ao próprio IEF para que adotasse a espécie para reprodução. Tem-se que a reprodução natural é complicada, por localização etc. Mas, se queremos a perpetuação da espécie, nós podemos reproduzir, produzir mudas e ter um plano de desenvolvimento, de implantação e reintrodução da espécie. Nossa solicitação ao IEF é para que estabeleça um programa de desenvolvimento da espécie, produzindo mudas e fazendo a distribuição, iniciando pelas áreas de ocorrência natural, podendo reproduzir em outras variadas regiões." Carlos Eduardo, representante da Vale, informou que, havendo disponibilidade de mudas, a empresa poderia fazer a inclusão dessa espécie nas áreas da Fazenda Samambaia como medida de reabilitação. O presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmento informou que o IEF irá apresentar uma proposta de como propagar a espécie e discutir com a área de restauração florestal e ambiental para elaborar uma estratégia de preservação. "É importante ter mais conhecimentos e ver qual seria a questão, se há alguma economicidade para o produtor, de podemos trabalhar nessa linha também, ou se vamos trabalhar só na linha de manutenção da espécie." O presidente afirmou ainda que o IEF entrará em contato com a Fundação Zoo-Botânica para começar a traçar essa estratégia e estabeleceu prazo de 60 dias para apresentação de um primeiro relatório à CPB sobre as tratativas e ações. 6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL CONFORME POA 2017. 6.1) HY Brazil Energia S/A. São Cristovão Energia S/A. Barragens de geração de energia hidrelétrica. Rio Preto/MG. PA 08775/2011/001/2012. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 6.2) Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco. Minerais metálicos, exceto minério de ferro. Poços de Caldas/MG. PA 01045/2008/003/2009. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 6.3) New Steel Soluções Sustentáveis S/A. (UTM). Ouro Tratamento de Minerais Unidade Preto/MG. 08499/2014/001/2014. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 7) **ADMINISTRATIVO** PARA **EXAME** COMPENSAÇÃO **PROCESSO** DE AMBIENTAL DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

MINERÁRIOS. 7.1) Lamil Lage Minérios Ltda. Lavra subterrânea com tratamento a úmido, exceto pegmatitos e gemas. Pará de Minas/MG. PA 00009/1995/013/2007, DNPM 830.292/1991. Classe 3. GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 8) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO **DECORRENTES AMBIENTAL** DO CORTE E/OU SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. 8.1) HY Brazil Energia S/A. CGH Salto dos Cravos. Barragens Delfim geração de energia hidrelétrica. Moreira/MG. de 26192/2014/001/2014. Classe 3. Apresentação: Escritório Regional Sul de Minas. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 8.2) Energisa Soluções S/A. Barra do Braúna Energética S/A. Barragem geração de energia hidrelétrica. Recreio/MG. de 00301/1998/003/2009. Classe 6. Apresentação: Escritório Regional Zona da Mata. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. O conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva registrou a seguinte consideração: "O processo está bem formulado e sem nenhum problema. Mas para empreendimentos lineares nós precisamos avançar um pouco com relação a compensação em relação a equivalência ecológica. Porque esses empreendimentos hidrelétricos impactam diretamente ambientes lóticos. E nós verificamos que a compensação, às vezes, pega a floresta estacional semidecidual e, às vezes, não pega o ambiente lótico e só pega o ambiente contínuo. Eu só estou deixando essa contribuição para avançarmos um pouco mais, porque equivalência ecológica é lótico com lótico. Senão nós vamos continuar perdendo. Os empreendimentos hidrelétricos seccionam um trecho do rio, outro trecho do rio e outro trecho do rio. Nós temos que começar a pensar na lógica de exigir, na compensação, trecho lótico por trecho lótico. Eu só queria deixar essa contribuição para, daqui para a frente, talvez o IEF fazer uma discussão interna a respeito disso." 8.3) Ingá Mirim Energia S/A. Central Geradora Hidrelétrica Ingá Mirim. Durandé/MG. PA 14497/2016/001/2016 (PA/Nº antigo 03638/2011/001/2011). Apresentação: Escritório Regional Zona da Mata. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 8.4) Galvani Indústria Comércio e Serviços S/A. Barragem de contenção de rejeitos. Serra do Salitre/MG. PA 110000000111/17. Classe 6. Apresentação: Escritório Regional Alto Paranaíba. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. A Câmara aprovou ainda moção conforme descrito a seguir: "Os conselheiros da Câmara Técnica Especializada de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), em sua 6ª reunião ordinária, realizada em 26 de junho de 2017, às 9h, no município de Belo Horizonte, com fulcro no art. 19 do Decreto 46.953, de 23/2/2106, e no art. 5º, inciso IV, da Deliberação Normativa COPAM nº 177, de 22/8/2012, aprovam a moção com o seguinte teor: 'Dar

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

continuidade ao programa de monitoramento da espécie Mergus octosetaceus, pato-mergulhão, conforme planejamento já aprovado pela Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, acrescentando ações específicas de monitoramento para os indivíduos do pato-mergulhão que foram registrados no córrego Sabão. Caso seja encontrado algum indivíduo no córrego Sabão, na extensão impactada pela Barragem do Sabão II, elaborar um programa de recuperação de APP dentro dos municípios de Serra do Salitre e/ou Patrocínio, onde haja comprovação da presença da espécie. A elaboração do programa e a escolha da APP e sua extensão a ser recuperada deverão ser realizadas pela equipe técnica especializada no monitoramento do Mergus octosetaceus. Prazo para elaboração do programa: 180 (cento e oitenta) dias após a emissão do relatório de comprovação da identificação da espécie no córrego Sabão'." O conselheiro Nino Antônio Camini registrou a seguinte recomendação ao IEF: "Não especificamente neste processo, mas uma crítica que já vem de certo tempo. No momento de se elegerem as áreas para compensação, quase nunca se contempla o aspecto de fauna. Normalmente, é só equivalência florística. E já houve discussão no momento em que discutimos a instrução de serviço anterior, a nº 3. Se não me engano, isso foi colocado e não houve consenso e acabou não passando. O aspecto faunístico é extremamente importante, mas nunca é contemplado nessa análise de equivalência quando se trata da compensação. E talvez isso fosse uma recomendação para o IEF, para que esse aspecto também fosse contemplado, para não prejudicar realmente a análise." 8.5) Ferro + Mineração Ltda. Fazenda do Pires. Lavra a céu aberto sem tratamento mineral e pilhas de estéril e rejeito. Congonhas/MG. PA 833.368/2010. Classe 6. Apresentação: 23045/2010/003/2014. DNPM Escritório Regional Centro-Sul. Compensação ambiental aprovada por maioria nos termos do Parecer Único, com voto contrário do conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva e abstenções dos conselheiros Nino Antônio Camini e Juliana Gonçalves Ferreira. Declarações de voto de abstenção e de voto contrário. Conselheiro Nino Antônio Camini: "Eu vou me abster por não concordar exatamente com a modificação que a IS fez." Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: "Eu vou manter o entendimento (da conselheira suplente Lígia Vial Vasconcelos) e voto contra, por conta da falta da equivalência ecológica, no nosso entendimento." 8.6) Rommel Bruno Pimenta. Construção de residência unifamiliar. Bairro Veredas das Gerais. Nova PA 09010001709/14 (sem AAF). Classe: Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenção do conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva. Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: "Eu solicitei que fosse colocado no parecer que foi considerado o disposto nos artigos 11 e 12 da lei, para termos certeza absoluta se respeitou a legislação. Eu queria ter segurança. É o processo de licenciamento anterior, mas eu gostaria que neste parecer estivesse claro isso.

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

Que o analista colocasse claramente que foram respeitados os artigos 11 e 12 e 17 da lei. Eu estou me abstendo nos dois processos, itens 8.6 e 8.7, mas gostaria que isso viesse nos próximos processos. É a segunda vez que estou solicitando a esta Câmara que seja inserida, claramente, nos pareceres, essa questão." Márcio, do IEF de Barbacena, solicitou que fosse feita uma nova análise da IS conjunta para que os analistas possam atender detalhadamente os artigos citados pelo conselheiro representante da Angá. Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmento: "Dentro dessa questão de discutir uma IS, nós vamos ver se há uma possibilidade de orientação. Se não houver impedimento e sair uma orientação. Se for legalmente possível, nós vamos rever isso; se houver uma recomendação da diretoria ou do Jurídico de colocar. Nós vamos fazer essa análise e trazer o retorno na próxima reunião." 8.7) WM Empreendimentos Imobiliários Ltda. Parcelamento de solo Brumadinho/MG. PA 09010001641/13 (sem AAF). Classe: não passível. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenção do conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva. 8.8) Furnas Centrais transmissão de energia Elétricas S/A. Linhas de Despacho/MG. PA 24847/2008/002/2011. Classe 5. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul e Centro-Oeste. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenção do conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva. 9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA CRIAÇÃO DE RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) PARA ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO IX, DO ART. 13, DO DECRETO Nº 46.953/2016. 9.1 RPPN Capão das Éguas. Propriedade de Ical Indústria de Calcinação Ltda. Área aprovada: de Morais/MG. PA 02000003611/15. 17.3022 hectares. **Prudente** Apresentação: GCIAP/IEF. Criação de RPPN aprovada por unanimidade nos termos do parecer do IEF. 10) PLANOS DE TRABALHO PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13, INCISO XIII, DO DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 10.1) Plano de Trabalho Parque Estadual da Serra do Rola Moça. Aplicação de recursos advindos do processo PA 00237/1994/078/2005 (LI). Vale S/A. Capitão Barragem Apresentação: Gestor do Parque Estadual da Serra do Rola Moça. Plano de aprovado por unanimidade nos termos apresentados, manifestação favorável do IEF. 10.2) Plano de Trabalho APA Carste de Lagoa **Equipamentos** espeleologia de computadores. е 18280/2011/001/2012. Implantação e duplicação da rodovia LMG 800. Plano de trabalho aprovado por unanimidade nos termos apresentados, com manifestação favorável do IEF. 10.3) Plano de Trabalho APA Carste de Lagoa Santa. Aquisição de bens e serviços. PA 03732/2011/001/2011. Copartners

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

Incorporação Imobiliária SPE Ltda. Chácaras de Lazer Bem-Viver. Plano de unanimidade nos trabalho aprovado por termos apresentados, manifestação favorável do IEF. 11) PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 13, INCISO XIII, DO DECRETO ESTADUAL 46.953/2016. 11.1) Proposta de Criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira. Apresentação: GCIAP/IEF. Após apresentação pelo IEF para conhecimento da CPB e os esclarecimentos, nesta sessão, a proposta de criação do parque foi retirada de pauta com pedido de vista do conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira. 12) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE REVISÃO. 12.1) EPO -Engenharia Planejamento e Obras Ltda. Loteamento Kubitscheck. **Parcelamento** urbano. Betim/MG. de solo 09010001444/2014. Sem AAF. Classe: não passível. Retificação da sobreposição, preservação versus compensação, nos termos do Adendo nº 02 ao Parecer Único ERFB-CS nº 37/2017. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul. Revisão aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenção do conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva. O IEF esclareceu que trata-se de ajuste em função de sobreposição de área de compensação dentro da área de preservação, sem alteração da proposta de compensação ambiental. 12.2) Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DEER-MG). Implantação ou duplicação de rodovias. Caeté/MG. PA 11613/2012/001/2012. Classe 3. Adequação do Cronograma de Execução do **Procedimento** Desapropriação. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul. Revisão aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenção do conselheiro Nino Antônio Camini. O IEF esclareceu que trata-se de revisão do cronograma, por solicitação do DEER, em função da dificuldade de atendimento. Houve a concordância do IEF, que considerou inviável o cumprimento nos termos do cronograma inicial. Conselheiro Nino Antônio Camini: "Eu vou me abster do item 12.2. A despeito do que foi aprovado aqui em termos de compensação, em vistoria de campo para emissão da anuência, houve uma possível discordância quanto ao quantitativo do que foi colocado como supressão passível de compensação. Nesse sentido, até que isso seja dirimido - o que, no meu entender, pode prejudicar o cronograma de execução -, eu estou me abstendo, até que essas dúvidas possam ser esclarecidas e talvez pedir ou não a revisão dos quantitativos já aprovados nesta Câmara." 12.3) Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DEER-MG). Pavimentação e/ou melhoramentos de rodovias. Marliéria/MG. 09043/2010/002/2016. Adequação PA Classe 3. Cronograma de Execução do **Procedimento** de Desapropriação. Apresentação: Escritório Regional Rio Doce. Revisão aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. O IEF esclareceu que houve erro material em relação a coordenada, mas que não altera a proposta, e que foi

| 337 | corrigido nos documentos disponibilizados aos conselheiros no site. 13) |
|-----|---|
| 338 | ENCERRAMENTO. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o |
| 339 | presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmento agradeceu a presença de |
| 340 | todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata. |
| 341 | |
| 342 | APROVAÇÃO DA ATA |
| 343 | |
| 344 | |
| 345 | João Paulo Mello Rodrigues Sarmento |
| 346 | Presidente de Câmara de Proteção à Biodiversidade |
| 347 | e de Áreas Protegidas |